

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A, em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Pirapora, 25 de março de 2025.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.**
Pirapora - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Balancos patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.255	2.399	Fornecedores	11	1.952	6.977
Contas a receber	8	16.215	5.223	Obrigações fiscais		220	172
Impostos a recuperar		7	133	Imposto de renda e contribuição social	17	92	309
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		11	11	Dividendos a pagar	18	1.820	1.060
Despesas antecipadas		-	333	Passivo de arrendamentos	9	15	13
Outras contas a receber		334	-	Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	48	-
				Outras contas a pagar	11	723	275
Total do ativo circulante		18.822	8.099	Total do passivo circulante		4.870	8.806
Direito de uso	9	3.023	3.131	Provisão para desmobilização	12	6.241	9.771
Imobilizado	10	370.440	383.218	Passivo de arrendamentos	9	3.199	3.214
Total do ativo não circulante		373.463	386.349	Contingências	20	-	123
				Total do passivo não circulante		9.440	13.108
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		372.357	369.357
				Reserva de lucros		5.618	3.177
				Total do patrimônio líquido		377.975	372.534
Total do ativo		392.285	394.448	Total do passivo e patrimônio líquido		392.285	394.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	14	28.301	28.559
Custos de operação	15	(22.916)	(18.565)
Lucro bruto		5.385	9.994
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(434)	(222)
Outras despesas operacionais	15	(542)	(119)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		4.409	9.653
Receitas financeiras	16	131	231
Despesas financeiras	16	(414)	(491)
Resultado financeiro líquido		(283)	(260)
Resultado antes dos impostos		4.126	9.393
Imposto de renda e contribuição social	17	(925)	(963)
Lucro líquido do exercício		3.201	8.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	3.201	8.430
Resultado abrangente do exercício	<u><u>3.201</u></u>	<u><u>8.430</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		335.888	-	-	(4.193)	331.695
Subscrição e integralização de capital	13.a	33.469	-	-	-	33.469
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.430	8.430
Destinação para reserva legal	13.b	-	212	-	(212)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(1.060)	(1.060)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	2.965	(2.965)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		369.357	212	2.965	-	372.534
Subscrição e integralização de capital	13.a	3.000	-	-	-	3.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.201	3.201
Destinação para reserva legal	13.b	-	160	-	(160)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(760)	(760)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	2.281	(2.281)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		372.357	372	5.246	-	377.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.126	9.393
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos de atividades operacionais:			
Depreciação	10	11.824	7.261
Amortização do custo de desmobilização	10	309	346
Armonização do ativo de direito de uso	9	108	108
Juros sobre passivo de arrendamento incorridos	9	388	378
Baixa de ativo imobilizado	10	522	-
Contingências	20	(123)	123
Atualização da provisão de desmobilização	15	(2.147)	-
Correção monetária da provisão de desmobilização	12	713	779
		15.720	18.388
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber - partes relacionadas		(10.992)	(2.752)
Impostos a recuperar		126	(120)
Imposto de renda a recuperar e contribuição social a recuperar		-	(7)
Despesas antecipadas		333	533
Outras contas a receber		(334)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.025)	(29.798)
Obrigações fiscais		48	49
Outras contas a pagar		448	(372)
Caixa gerado pelas/ (aplicado nas) atividades operacionais		324	(14.079)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	9	(388)	(378)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.142)	(705)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.206)	(15.162)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	10	(1.973)	(16.836)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.973)	(16.836)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	48	-
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	9	(13)	(12)
Integralização de capital	13.a	3.000	33.469
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.035	33.457
(Redução) / Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(144)	1.459
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	2.399	940
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	2.255	2.399
		(144)	1.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. “Companhia”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Pirapora, S/N, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 3.25 da MG-496 Parte, área rural de Pirapora.

A Companhia foi constituída em 27 de agosto de 2018 e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob os CEGs nº UFV.RS.MG.037830-5 e UFV.RS.MG.037831-3.

A Companhia recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 99 MW (que compreende os parques Lar do Sol 1 e Lar do Sol 2, sendo a 49,5 MW de potência para cada UFV) por 35 anos, que compreende ao período de 09 de abril de 2019 a 09 de março de 2054.

Em dezembro de 2022, a Companhia encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2035.

Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota Explicativa nº12:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 19:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia não possui despesas de depreciação, tendo em vista que a construção foi finalizada parcialmente em dezembro de 2022 e será completamente finalizada no início de 2023. A depreciação se iniciará a partir de janeiro de 2023.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção da usina fotovoltaica. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas” de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Companhia encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

i. *Arrendamentos*

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) *Arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer

dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) *IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis*

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) *Outras Normas Contábeis*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos bancários (a)	106	59
Aplicações financeiras (b)	<u>2.150</u>	<u>2.340</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.256</u>	<u>2.399</u>

- a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% em 31 de dezembro de 2024 (98% em 31 de dezembro de 2023), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber de clientes – Receita – ACL (a)	-	22
Contas a receber de partes relacionadas (b)	16.215	5.202
	<u>16.215</u>	<u>5.223</u>

- (a) Referem-se aos saldos provenientes da operação teste em da planta no momento da energização inicial da mesma no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação de venda de energia para a controladora da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	3.131	(108)	3.023
Total do ativo	3.131	(108)	3.023

	Valor líquido em 31/12/2022	Atualização (i)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	2.819	420	(108)	3.131
Total do ativo	2.819	420	(108)	3.131

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2024	2023
Passivo de arrendamento	3.214	3.227
Total	3.214	3.227
Circulante	15	13
Não circulante	3.199	3.214

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

2024						
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	3.227	(13)	(388)	388	3.214	
Total	3.227	(13)	(388)	388	3.214	
2023						
	Valor líquido em 31/12/2022	Atualização (i)	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	2.819	420	(12)	(378)	378	3.227

Total	2.819	420	(12)	(378)	378	3.227
--------------	--------------	------------	-------------	--------------	------------	--------------

- (i) Refere-se a atualização dos saldos, mediante reavaliação do acervo arrendado.

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 15,06% a.a.

10 Imobilizado

Custo de aquisição:	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa (b)</u>	<u>31/12/2024</u>
Imobilizado em andamento	364.997	16.743	(381.740)	-	-	-	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	-	93	381.740	381.833	1.973	(522)	383.284
Custo para desmobilização de ativos (a)	8.992	-	-	8.992	-	(2.751)	6.241
Total do custo	373.989	16.836	-	390.825	1.973	(3.273)	389.525
Depreciação acumulada	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2024</u>
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	-	(7.261)	-	(7.261)	(11.824)	-	(19.085)
Custo para desmobilização de ativos (a)	-	(346)	-	(346)	(309)	655	-
Total do custo	-	(7.607)	-	(7.607)	(12.133)	655	(19.085)
Total	373.989	9.229	-	383.218	(10.160)	(2.618)	370.440

- a) A Empresa realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 12.
b) Refere-se a baixa de imobilizado decorrente de equipamento danificado.

Em dezembro de 2022 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2024 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existem indicativos de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratação de serviços (a)	1.933	4.870
Compra de energia	5	-
Fornecedores partes relacionadas (b)	<u>15</u>	<u>2.107</u>
Total de fornecedores	<u>1.952</u>	<u>6.977</u>
Outras provisões com serviços (c)	<u>723</u>	<u>275</u>
Total de outras contas a pagar	<u>723</u>	<u>275</u>
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.675</u>	<u>7.252</u>

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque, como máquinas, equipamentos, construção civil e demais compromissos para construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 19.
- (c) Refere-se basicamente a serviços a faturar de operação e manutenção da planta.

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

12 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$8.992. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,95%.

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 6.241. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,30%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$6.241 (R\$9.771 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 10.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	9.771	8.992
Correção monetária	713	779
Atualização da provisão para desmobilização (i)	(4.243)	-
Saldo final	6.241	9.771

- (i) A Empresa realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado e subscrito da Companhia é de R\$ 372.357 (R\$ 369.357 em 31 de dezembro de 2023), representado por 533.259.700 ações, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela sócia Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda., detentora de 100% das ações da Companhia.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 11 de setembro de 2024 foi aprovada o aumento de capital no montante de R\$ 3.000. Ao longo de 2024 a Controladora Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda., integralizou totalmente o aumento de capital aprovado. Os saldos de aumento de capital foram realizados mediante transferências bancárias efetuadas ao longo de 2024.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de junho de 2023 foi aprovada o aumento de capital no montante de R\$ 33.469. Ao longo de 2023 a Controladora Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda., integralizou totalmente o aumento de capital aprovado. Os saldos de aumento de capital foram realizados mediante transferências bancárias efetuadas ao longo de 2023.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou o lucro de R\$ 3.201 (R\$ 8.430 em 2023). Em decorrência dos lucros apurados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ R\$ 160 (R\$ 212 em 2023).

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 760 (R\$ 1.060 em 2023), conforme memória abaixo:

	2024	2023
Prejuízos acumulados	-	(4.193)
Lucro líquido do exercício	3.201	8.430
Base de cálculo - Reserva Legal	3.201	4.237
Reserva legal - 5%	(160)	(212)
Base de cálculo - Dividendos mínimos obrigatórios	3.041	4.025
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	760	1.060

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.820 (R\$1.060 em 31 de dezembro de 2023).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$2.281 (R\$2.965 em 31 de dezembro de 2023).

14 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2024	2023
Receita contrato de energia (partes relacionadas) (a)	29.354	29.614
Receita de teste	19	27
Impostos sobre venda	(1.072)	(1.082)
Total da receita operacional líquida	28.301	28.559

Durante o exercício de 2024, a Companhia gerou 197.545 MWh (216.398 MWh em 2023).

(a) Receita realizada com partes relacionadas conforme nota explicativa nº 16

15 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação e amortização	(12.241)	(7.715)
Operação e manutenção (d)	(2.183)	(1.250)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	(7.306)	(6.707)

Correção monetária para desmobilização	(713)	(779)
Reversão da provisão e amortização da desmobilização (d)	2.147	-
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(285)	(257)
Compromissos ambientais e sociais	(259)	(471)
Custos de locação de terras (a)	(337)	(22)
Seguros	(1.226)	(1.359)
Outras	(513)	(5)
Total	(22.916)	(18.565)
	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(64)	(61)
Serviços técnicos	(17)	15
Assessoria e advogados	(5)	(88)
Serviços diversos	-	(12)
Despesas com viagens	(261)	(31)
Internet e comunicação	(58)	(33)
Taxas diversas	(39)	(12)
Total	(434)	(222)
	2024	2023
Outras despesas operacionais		
Perda na venda de imobilizado (e)	(522)	-
Outras despesas operacionais	(20)	(119)
Total	(542)	(119)

- a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- b) Ao longo de 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados com as demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 20.
- c) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão. A obrigatoriedade do custo de encargos de transmissão iniciaram juntamente com a data prevista de início do contrato junto a ONS (Operador Nacional do Sistema), que foi em Abril de 2022, onde o início da geração de energia, iniciou apenas em dezembro de 2022, enquanto a obtenção das autorizações de operação comercial foram completadas apenas em meados de novembro/2022, conforme nota explicativa nº 15.
- d) Decorrente do estudo de revisão da provisão para desmobilização, foi reconhecido reversão dos saldos de provisão (nota explicativa 12), assim como reversão das amortizações reconhecidas (nota explicativa 10).
- e) Baixa de ativo imobilizado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

16 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	80	173
Variação cambial ativa	<u>51</u>	<u>58</u>
Total	<u>131</u>	<u>231</u>
Despesas financeira		
Despesas bancárias e carta de crédito	(26)	(47)
Juros sobre arrendamentos	(388)	(378)
Variação cambial passiva	<u>-</u>	<u>(66)</u>
Total	<u>(414)</u>	<u>(491)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(284)</u>	<u>(260)</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$92 (R\$309 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta (a)	29.373	29.641
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	2.350	2.371
Presunção da contribuição social – 12% (c)	3.525	3.557
Demais receitas – (d)	<u>129</u>	<u>219</u>
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	2.479	2.590
Imposto de renda a alíquota de 15%	(372)	(389)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	<u>(224)</u>	<u>(235)</u>
Total IRPJ	<u>(596)</u>	<u>(624)</u>
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	3.654	3.776
Contribuição social a alíquota de 9%	<u>(329)</u>	<u>(340)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(925)</u>	<u>(963)</u>
Alíquota efetiva (*)	<u>3%</u>	<u>3%</u>

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (d).

18 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2024 e 2023 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>	<u>Contas a receber (a)</u>		<u>Contas a pagar (b)</u>		<u>Receitas/(despesas) (c)</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda	16.215	5.202	15	2.107	29.354	29.614
Atlas do Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (*)	-	-	-	-	(285)	(193)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	-	(64)
Operação intercompany	<u>16.215</u>	<u>5.202</u>	<u>15</u>	<u>2.107</u>	<u>29.069</u>	<u>29.357</u>

- a) Conforme nota explicativa nº 8
b) Conforme nota explicativa nº 12
c) Conforme nota explicativa nº 14 e 15

<i>(ii) Dividendos</i>	<u>Dividendos a pagar</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	1.820	1.060
	<u>1.820</u>	<u>1.060</u>

	Mútuos financeiros com partes relacionadas	
	2024	2023
<i>(iii) Mútuos financeiros</i>		
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	48	-
Total	48	-

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2024- Valor contábil		2023 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.150	106	2.340	59
Contas a receber	8	-	16.215	-	5.223
Outras contas a receber			334	-	-
Total		2.150	16.655	2.340	5.282
Passivos					
Fornecedores	11	-	1.952	-	6.977
Outras contas a pagar	11	-	723	-	275
Dividendos a pagar	18	-	1.820	-	1.060
Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	-	48	-	-
Passivo de arrendamento	9	-	3.214	-	3.227
Total		-	7.709	-	11.539

	Nível hierárquico do valor justo	2024- Valor contábil e valor justo		2023 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	2.255	2.255	2.399	2.399
Contas a receber	Nível 2	16.215	16.215	5.223	5.223
Outras contas a receber	Nível 2	334	334	-	-
Total		18.804	18.804	7.622	7.622
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1.952	1.952	6.977	6.977
Outras contas a pagar	Nível 2	723	723	275	275
Dividendos a pagar	Nível 2	1.820	1.820	1.060	1.060
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	48	48	-	-
Passivo de arrendamento	Nível 2	3.214	3.214	3.227	3.227
Total		7.757	7.757	11.539	11.539

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.255	2.399
Contas a receber	16.215	5.223
Outras contas a receber	334	-
Total transações	<u>18.804</u>	<u>7.622</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.675	2.675	2.675	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.214	64.257	2.424	3.821	7.102	48.486
Dividendos a pagar	1.820	1.820	1.820	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	48	48	48	-	-	-
	7.757	68.800	6.967	3.821	7.102	48.486

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	2 - 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	7.252	7.252	7.252	-	-	-
Passivos de arrendamentos	3.227	20.710	785	2.343	5.012	12.570
Dividendos a pagar	1.060	1.060	1.060	-	-	-
	11.539	29.022	9.097	2.343	5.012	12.570

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade

contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (a)	12,15%	14,75%	14,75%	18,44%	22,13%

	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	2.150	317	396	476	(396)	(476)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

20 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Companhia, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

O critério utilizado para a classificação da perda foi o seguinte:

Remoto: de 0% a 29%
 Possível: de 30% a 69%
 Provável: de 70% a 100%

1.1. Processos cíveis com perda provável

A Companhia Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V possui ação com classificação de perda provável, referente a multa administrativa da ANEEL por atraso na data de operação comercial do projeto Casablanca, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$0 (R\$123 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como possível.

21 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2024	2023
Atualização de ativo de arrendamento	10	-	(420)
Atualização de passivo de arrendamento	10	-	420
Dividendos a pagar	14	760	1.060
Distribuição de dividendos	14	(760)	(1.060)

22 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
TUST/TUSD (a)	-	(7.647)	(7.884)	(8.138)	(376.097)	(399.766)
Seguros e garantias (b)	(1.174)	(447)	(461)	(476)	(20.574)	(23.132)
Compra de Energia (c)	(22.390)	(31)	(278)	(14)	-	(22.713)
Contratos de (O&M) (d)	(2.494)	(2.319)	(2.392)	(1.948)	(79.555)	(88.708)
Arrendamento (e)	(808)	(1.146)	(1.209)	(1.257)	(58.216)	(62.636)
Outros (f)	(12.150)	(1.990)	(1.784)	(1.782)	(73.221)	(90.927)
Total	(39.016)	(13.580)	(14.008)	(13.615)	(607.663)	(687.882)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *